

1 **ATA DE Nº 89 DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL**
2 **DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCÃO DE MATO GROSSO**

3
4
5 **Data:** 11 de fevereiro de 2008, 16:00 horas

MINUTA

6 **Local:** Sede da OAB-MT

7
8
9 **Presenças:** Presidente Francisco Anis Faiad; Vice-Presidente Jose Antônio Tadeu Guilhen;
10 Secretária-Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira; Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo
11 Maia Teixeira; Tesoureiro Hécio Corrêa Gomes; Conselheiros Estaduais: Air Praeiro Alves,
12 Ana Lucia Steffanello, Betsey Polistchuck de Miranda, Fábio Arthur da Rocha Capilé, João
13 Carlos Brito Rebello, João Manoel Júnior, José Patrocínio de Brito Júnior, Luiz Carlos
14 Moreira de Negreiro, Osvaldo Antonio de Lima e Pedro Marcelo de Simone; Conselheiros
15 Estaduais Suplentes: Darlã Martins Vargas, Fabiana Curi, Marco Antonio Dotto e Pedro
16 Martins Verão; Conselheiros Federais: Almino Afonso Fernandes, Francisco Eduardo Torres
17 Esgaib e Ussiel Tavares da Silva Filho; Conselheira Federal Suplente: Dinara de Arruda
18 Oliveira; Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados: João Vicente Montano
19 Scaravelli; Desembargadores: Orlando de Almeida Perri e Maria Helena Gargaglione Povoas;
20 Juiz Auxiliar da Corregedoria do TJMT: Jones Gattas Dias; Presidentes de Subseções: Barra
21 do Garças: Eudemar Quintino de Oliveira; Peixoto de Azevedo: Aleksandro Manhaguanha;
22 Pontes e Lacerda: Ildo Vicente de Souza; Várzea Grande: Braz Paulo Pagotto; Primavera do
23 Leste: Rodolfo Wilson Martins; Campo Verde: Alexandro Panosso; Nova Mutum: Arnaldo
24 Rauen Del Pizzo; Poxoróo: João Batista Cavalcante da Silva; Presidente da Comissão de
25 Direito Penal e Processo Penal: Ulisses Rabaneda dos Santos. **Item I e II – Abertura e**
26 **verificação do quorum.** O Presidente, depois de verificar o *quorum*, declarou aberta a
27 Sessão. **Item III - Comunicações da Presidência.** O Presidente agradeceu a presença de
28 todos e solicitou um minuto de silêncio em memória do ex-Conselheiro Jose Annibal de
29 Souza Bouret, falecido em 10/02/2008. **Item IV – Ordem do dia - PROCESSO Nº**
30 **623/2008 – PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Proposta do TJMT de**
31 **Readequação da Divisão Judiciária no Estado. RELATORES: Comissão Especial de**
32 **Análise: Ana Lúcia Steffanello, Betsey Polistchuck de Miranda, Braz Paulo Pagotto,**
33 **Daniel Paulo Maia Teixeira, Fabiana Curi, José Patrocínio de Brito Júnior, Rosemeire**
34 **Barros Monteiro de Lamônica Freire e Ulisses Rabaneda dos Santos.** O Presidente
35 Francisco Faiad deu abertura, passando em seguida a palavra ao Desembargador Orlando de
36 Almeida Perri, que falou sobre a readequação da competência das Varas Judiciais no estado,
37 ante a necessidade de especialização de algumas e a conseqüente suspensão provisória de
38 outras. Em seguida, o Juiz Auxiliar da Corregedoria do TJMT, Jones Gattas Dias fez uso da
39 palavra, apresentando a Minuta de Resolução que trata de três questões básicas com relação a
40 essa readequação: em primeiro a Redefinição de Competência, em segundo a Suspensão de
41 Varas Especiais e por último, a Suspensão de Comarcas. No resumo da minuta apresentada,
42 foi esclarecido que haverá um “enxugamento” nas Comarcas, fazendo com que os juízes
43 possam atuar no fim a que foram designados, e para isso, em 2008 o TJMT também estará
44 instalando 10 (dez) juizados virtuais para agilizar o andamento processual no estado e estuda
45 meios para reunir vários juizados num só lugar, facilitando o acesso por parte da sociedade. A
46 palavra foi concedida à Desembargadora Maria Helena Gargaglione Povoas que
47 primeiramente registrou suas condolências à família do Dr. Jose Annibal de Souza Bouret;
48 registrou e parabenizou a atitude do Corregedor do TJMMT em comparecer à OAB a fim de
49 prestar esclarecimentos aos advogados sobre as posições do TJ; que a atual gestão do TJ tem

50 procurado dialogar e manter a transparência necessária para a melhoria da prestação
51 jurisdicional. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares da Silva Filho falou sobre a disposição do
52 TJMT em cobrar a produtividade do juiz e que isso é algo inédito em Mato Grosso; que apóia
53 o conceito da mudança implantada pelo TJ e pede que haja compreensão por parte dos
54 advogados em relação às medidas tomadas pela Corregedoria do TJ, lembrando que a OAB
55 está no seu papel de intervir e corrigir aquilo que for necessário para o bom andamento da
56 celeridade processual no estado. O Desembargador Orlando Perri falou que a prioridade do TJ
57 é um aumento no recrutamento de novos servidores, porém se deve cuidar da qualificação
58 desses servidores, pois não adianta o magistrado despachar e ou sentenciar, se não tem vazão
59 dentro das escritanias; que não tem como qualificar servidores que atuam nas escritanias,
60 mas que são “emprestados” de órgãos como as prefeituras, por exemplo, e frisou que o TJMT
61 acaba de firmar um acordo com o MPMT, onde se compromete a devolver até junho/2008
62 todos os servidores cedidos pelas prefeituras municipais e também a regularização dos
63 servidores contratados sob caráter temporário. A Conselheira Ana Lúcia Steffanello falou
64 sobre a suspensão da Comarca de Nova Ubiratã, que embora distante apenas 80 Km de
65 Sorriso, causará grandes transtornos à população que na sua maioria é interiorana, devido às
66 dificuldades de locomoção; a Conselheira também falou da questão da única Vara Agrária
67 para feitos coletivos situar-se em Várzea Grande, já que muitos terão que se deslocar cerca de
68 800Km para chegar até aqui e finalizando, requer ao Corregedor que o TJ reveja essas
69 posições, para que esses conflitos continuem dentro de suas Comarcas, onde o juiz conhece
70 seus jurisdicionados, têm maior acesso ao local do litígio e que não cause embaraços aos
71 advogados e cidadãos que moram pelos rincões interioranos; em resposta, o Desembargador
72 Orlando Perri agradeceu as sugestões e disse reconhecer serem ponderáveis as razões
73 apresentadas pela Conselheira, porém que em viagem recente à Sorriso, pode perceber que
74 muitos magistrados estão despachando apenas uma ação por mês, maquiando muitas vezes
75 seu relatório, enquanto a sociedade pena pela falta de interesse daqueles que poderiam “dar”
76 um pouco mais de si. O Conselheiro Federal Almino Afonso Fernandes falou da preocupação
77 com a questão das Varas de Feitos Possessórios, Vara de Tributos e Combate à Corrupção
78 com jurisdição na Capital e questiona ao Desembargador quais seriam os critérios objetivos
79 que dariam competência aos juizes com relação a esses feitos, para que não se tragam à
80 Capital demandas que muitas vezes não teriam essa repercussão social mais relevante, ao que
81 o Desembargador respondeu que recentemente foi enviada proposta à Assembléia Legislativa
82 para acrescentar um parágrafo 3º ao artigo 14 do CORGE, que dá competência e permite ao
83 TJ agregar Varas e regionalizá-las, atribuindo competência regional ou até estadual ; que essa
84 modificação já foi aprovada e aguarda apenas a sanção do governador; nesse momento o Dr.
85 Jones Gattas Dias esclareceu que a Corregedoria está encaminhando ao Conselho da
86 Magistratura, uma Minuta de Resolução, que trata da Vara de Conflitos Agrários, citada pela
87 Conselheira Ana Lúcia Steffanello e que exige a participação do MP, por existir a questão da
88 coletividade e também estabelece que o juiz vai poder deprecar poderes, ou seja, a Vara onde
89 acontece os conflitos é que vai receber os processos e encaminhar à Vara Única de Várzea
90 Grande, que terá jurisdição em todo o território matogrossense, determinando sua
91 competência unicamente pela especificidade da matéria, porém, havendo urgência, o juiz se
92 deslocará até a Comarca onde houver o conflito, tomando as providências que julgar
93 pertinentes. Já as audiências e demais atos públicos poderão ser realizadas nas dependências
94 do Fórum da Comarca onde se deu o conflito agrário, com a atuação efetiva dos juizes locais
95 para viabilizar e dar celeridade, podendo o juiz titular se deslocar para esses locais sempre que
96 se julgar necessário. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares solicitou que nesse texto haja a
97 mudança da palavra “podendo” por “devendo”, o que foi acatado pelo Desembargador. O
98 presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal, Ulisses Rabaneda dos Santos, fez

99 uso da palavra e disse que no geral a classe criminalista é unânime no sentido de discordar
100 dessa regionalização por três aspectos: em primeiro a questão social, pois quem manuseia e
101 impulsiona o andamento processual é a família do preso, que nesse caso poderá ser
102 prejudicada pela distância; em segundo, pela dúvida quanto a plena efetividade do andamento
103 desses processos e em terceiro, pelo aspecto legal, pois é função da Comissão e da OAB
104 analisar a legalidade dessas readequações; finalizando, o Dr. Ulisses Rabaneda parabeniza a
105 iniciativa do TJMT em rever o processo de unificação dos juizados especiais criminal,
106 sugerindo que haja mudança para um lugar mais amplo e de fácil acesso à sociedade e aos
107 advogados e que o TJ passe a ouvir o Conselho da Comunidade existente em Cuiabá, que têm
108 capacidade técnica e conhecimento de causa para dar sugestões importantes ao TJ quanto à
109 execução penal. A Conselheira Betsey Polistchuck de Miranda questionou sobre a quantidade
110 de juizes que atuarão nessa única Vara, ao que o Desembargador disse que será apenas um,
111 vez que nas Correições feitas nos dois juizados, apontou que dos quase 9.000 presos, apenas
112 cerca de 3.000 são presos definitivos com sentença transitada em julgado e os demais são
113 presos provisórios; que o abarrotamento dos juizados e o acúmulo de processos se dão pelo
114 fato do apensamento, sem a devida unificação de penas e que é nesse sentido que será criado
115 o juizado virtual onde, tanto a família, quanto o reeducando poderão acompanhar o
116 andamento da progressão de pena, pelo cálculo que o juiz fará; o Desembargador também
117 informou que baixou um provimento determinando que todos os juizes criem o Conselho da
118 Comunidade em suas Comarcas, pois é de grande importância nessa área da reeducação penal.
119 O presidente da Subseção de Primavera do Leste, Rodolfo Wilson Martins fez uso da palavra
120 e solicitou a manutenção da 3ª Vara de Primavera do Leste, a manutenção da Comarca de
121 Nova Ubiratã e apoiou os demais colegas em suas proposições; a Desembargadora Maria
122 Helena Povoas pediu a palavra e disse que em sua gestão a frente da OABMT, nunca teve a
123 honra de receber um representante do TJ trazendo, com humildade e transparência, a
124 apresentação de uma Resolução tão importante e parabeniza a iniciativa do Corregedor
125 Orlando Perri; finalizando agradeceu o convite feito pela OAB e se retirou da sessão. Em
126 seguida, o presidente da Subseção de Várzea Grande, Braz Paulo Pagotto, falou da sua
127 preocupação com relação à redução de uma Vara de Família em Várzea Grande; O
128 Desembargador disse que se trata de uma tentativa do TJMT e que por ser inédita, espera-se
129 um resultado positivo. O Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira, em nome da
130 Comissão de Análise, parabenizou a iniciativa do TJMT e disse que a crítica permanece, no
131 tocante ao chamamento tardio da OAB em participar dessas discussões, porém, a medida que
132 percebe melhor a intenção do TJ, só tem a parabenizar esse canal de comunicação; que a
133 Comissão averiguou e direcionou o relatório para os pontos que seriam controvertidos ao
134 projeto e questiona o andamento desse projeto. O Desembargador esclareceu que na última
135 reunião do Conselho do TJ houve um pedido de Vista pelo Desembargador Licínio Carpinelli
136 Stefani e na próxima sessão serão colocadas todas as posições e sugestões apresentadas,
137 inclusive pela OABMT. Finalizando, o Desembargador agradeceu o convite para debater esse
138 assunto e se colocou a disposição para os demais debates que são de grande importância para
139 os advogados e para a sociedade em geral. O Presidente Francisco Anis Faiad agradeceu a
140 presença do Desembargador Orlando Perri e do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Jones Gattas
141 Dias e conclamou todos os Conselheiros para trazerem na próxima sessão do dia 29/02/08
142 suas sugestões e ou apontamentos para serem debatidos e encaminhados ao TJ. **Item V -**
143 **Assuntos Gerais. Palavra livre.** O Presidente Francisco Anis Faiad passou a palavra ao Dr.
144 João Batista Cavalcante da Silva, presidente da Subseção de Poxoréo, que representa a
145 OAB/MT como assistente de acusação no processo da morte da advogada Andréa Furtado, na
146 cidade de Tabaporã. O Dr. João Batista informou que na reunião final a Comissão Disciplinar
147 da PMMT de Sinop, em decisão unânime, votou pela expulsão do policial Valtencir Moreira

148 Costa dos quadros da PM. Que o julgamento está marcado para o dia 28/02/08, às 08:00h da
149 manhã, na cidade de Tabaporã e foi informado de um requerimento de desaforamento do júri,
150 porém acredita que será negado pela juíza e pelo TJMT, permanecendo o julgamento em
151 Tabaporã. O Presidente Francisco Faiad informou que a OABMT, juntamente com a
152 Comissão do Meio Ambiente estará realizando no dia 29/02/08, a partir das 08:30h, na sede
153 da OAB, uma Audiência Pública sobre o decreto presidencial que proíbe o desmatamento em
154 dezenove cidades de Mato Grosso, principalmente na região Norte do estado e convida a
155 todos para participar. O Presidente Francisco Faiad, as 18:45h (dezoito horas e quarenta e
156 cinco minutos) declarou encerrada a Sessão, do que, para constar, eu, Daniel Paulo Maia
157 Teixeira, Secretário-Geral Adjunto, mandei lavrar a presente ata, que, conferida, segue
158 assinada por mim e pelo Presidente, depois de aprovada pelo Conselho Seccional da Ordem
159 dos Advogados de Mato Grosso.



160
161
162
163

FRANCISCO ANIS FAIAD
Presidente



164
165
166
167
168
169
170
171

DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA
Secretário - Geral Adjunto